

apartes

NÚMERO 21 - JULHO-AGOSTO/2016

Distribuição gratuita



“Pesquisa eleitoral não é bola de cristal”

De acordo com o especialista Rogério Schmitt, nem pesquisas feitas uma semana antes da eleição revelam o resultado final da disputa

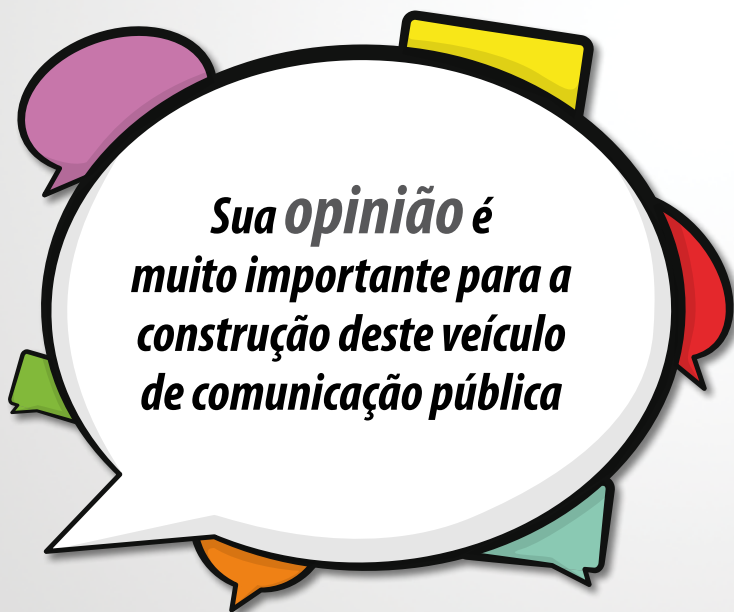


Rogério Farhat

Da TV à Câmara, advogado é criador do Parlamento Jovem Paulistano

Na Tribuna

Ao longo do tempo, discursos dos vereadores migraram do erudito para o coloquial



**Sua opinião é
muito importante para a
construção deste veículo
de comunicação pública**

Entre em contato:
apartes@camara.sp.gov.br

Siga:
[@RevistaApartes](https://twitter.com/RevistaApartes)

Curta:
[/RevistaApartes](https://www.facebook.com/RevistaApartes)

Visite:
www.camara.sp.gov.br/apartes

apartes



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

Expediente

Editor executivo: José Carlos T. de Camargo Filho

Elaboração: CCl.3 - Equipe de Comunicação da CMSP

Editor: Sândor Vasconcelos

Editora assistente: Gisele Machado

Repórteres: Fausto Salvadori Filho e Rodrigo Garcia

Editoração e arte: Elton Jhones Pereira, Erick Paulino de Souza,
Leonardo Pedrazzoli e Rogério Alves

Apoio jornalístico: Assessoria de Imprensa da Presidência

Fotografia: Ângelo Dantas, Fábio Lazzari, Gute Garbelotto, Mozart Gomes,
Reinaldo Stávale, Ricardo Rocha e Marcelo Ximenez

Apoio e expedição: Leandro Uliam

Mídias sociais: Livia Tamashiro

Estagiários: Alyne Scarpioni, Carlos Mendonça, Caroline Pereira, Julia Gemignani,
Késsia Riany, Luana Maciel e Matheus Briet

Unidades de apoio: Procuradoria da CMSP
Secretaria Geral Parlamentar - SGP
Secretaria de Documentação - SGP.3
Secretaria de Recursos Humanos - SGA.1
Secretaria de Infraestrutura - SGA.3
Equipe de Garagem e Frota - SGA.33

CTP, impressão e acabamento: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo

Capa: Montagem sobre foto de Pixabay/Creative Commons (foto maior)
e Acervo CMSP (foto menor)

Revista Apartes – Palácio Anchieta

Viaduto Jacareí, 100 - Anexo, 2º andar, sala 212A - Bela Vista
São Paulo - SP - CEP 01319-900

Tel.: (11) 3396-4206 - E-mail: apartes@camara.sp.gov.br

Versão digital disponível em: www.camara.sp.gov.br/apartes

Tiragem: 16.000 exemplares

Fechamento desta edição: 20/9/2016

Solicite o recebimento da revista **Apartes** em sua casa, gratuitamente,
preenchendo cadastro no portal www.camara.sp.gov.br/apartes.

RECADO DA REDAÇÃO

Pesquisas eleitorais foram o tema de um dos cursos promovidos neste ano pela Escola do Parlamento da Câmara Municipal de São Paulo (CMSP), ministrado pelo professor Rogério Schmitt. O assunto chamou a atenção da redação pelas possibilidades de abordagem e pela pertinência ao período das eleições municipais.

A entrevista, capa desta edição, foi uma oportunidade de esclarecer alguns dos mitos populares, como “nunca participei de uma pesquisa eleitoral, então não acredito nesse tipo de coisa”. A justificativa de Schmitt é bastante simples: “pelas leis da probabilidade, a grande maioria das pessoas nunca será entrevistada”.

Também assunto da capa, a reportagem *Parla, parlamentar* apresenta regras, curiosidades e histórias sobre a utilização da Tribuna do Plenário da Câmara. Com base no discurso dos vereadores, foi possível identificar algumas diferenças entre a forma como se falava há algumas décadas e nos dias atuais. A matéria traz, também, explicação sobre os mecanismos que permitem a utilização da Tribuna pela população.

Um dos principais projetos do ex-vereador Rogério Farhat, perfil desta edição, tratou justamente de abrir espaço para que os paulistanos pudessem se expressar livremente no Palácio Anchieta, sede da CMSP. Chamado de Tribuna do Povo, consistia em abrir o microfone para os mais diversos tipos de manifestação. Apelidado de “advogado do Ratinho”, Farhat foi mentor, também, do Parlamento Jovem Paulistano, em funcionamento até hoje e que permite a estudantes da capital vivenciar a experiência de ser vereador ou vereadora por um dia. Falecido em 2008, o advogado chegou ao Parlamento graças à popularidade conquistada no programa televisivo, onde seu principal papel era ajudar a resolver conflitos familiares.

Na seção *Desarquivando* deste número, resgatamos uma história em que a Câmara Municipal também desempenhou o papel de mediadora de conflitos. Insatisfeito por ter sido proibido pela Prefeitura de reformar e ampliar seu imóvel localizado na Avenida Paulista, em 1930, Manuel Caetano Garcia protocolou um documento em que recorria aos vereadores sobre a decisão do Executivo.

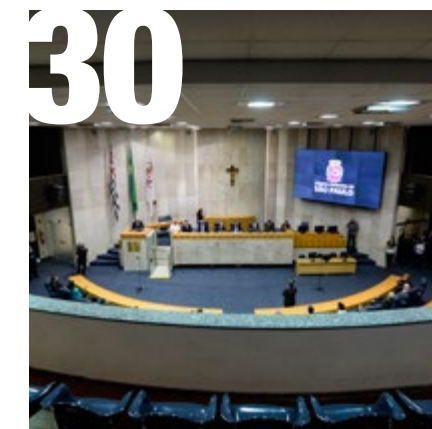
Na justificativa, denunciava que os condes Matarazzo e Crespi haviam feito a mesma coisa, sem impedimento algum. Coube ao presidente da Casa decidir. O curioso é que, durante as apurações da reportagem, descobrimos um fato intrigante sobre a denominação da avenida mais famosa de São Paulo.

Quer receber a revista **Apartes** em casa, gratuitamente?



Basta acessar
www.camara.sp.gov.br/apartes
e preencher o cadastro.

apartes
Revista da Câmara Municipal de São Paulo



SUMÁRIO

3 **Palavra do Presidente**

6 **Notas**

8 **Com a palavra**
Rogério Schmitt

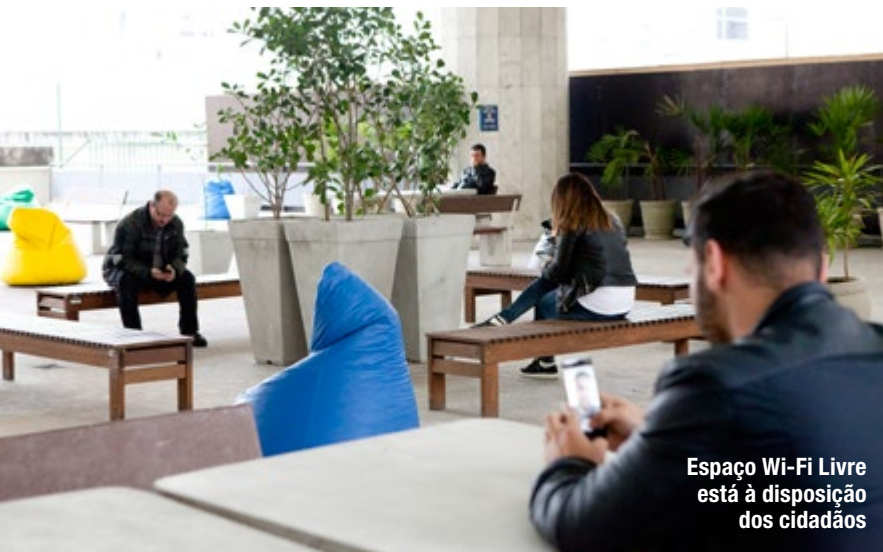
12 **Premiação**
Ideias verdes

16 **Perfil » Rogério Farhat**
O advogado do Ratinho

24 **Desarquivando**
Vizinho dos condes

28 **CMSP 360°**
10 curiosidades históricas da CMSP

30 **Da tribuna**
Parla, parlamentar!



André Bueno/CMSP

Espaço Wi-Fi Livre é inaugurado na Câmara

A Câmara Municipal de São Paulo (CMSP) inaugurou, em 2 de agosto, um novo espaço para o público que passar pela Casa. Localizado no térreo do Palácio Anchieta, sede da Câmara,

o Espaço Wi-Fi livre conta com bancos, pufes, mesas, tomadas para recarregar aparelhos eletrônicos e zona de wi-fi livre. A área fica aberta de segunda a sexta-feira, das 9h às 21h.

Projetos sociais ganham o Prêmio Betinho de Cidadania

O projeto Sefras Defesa e Justiça Penal, da Associação Franciscana da Solidariedade, e o Violência aqui não entra não!, da União de Núcleos, Associações dos Moradores de Heliópolis e Região (Unas), ganharam o Prêmio Betinho 2016. A Salva de Prata foi entregue em sessão solene, em 8 de agosto, na Câmara Municipal de São Paulo. A edição contou com 31 inscritos.

Menções honrosas também foram entregues ao projeto Serviço especializado de abordagem social às pessoas em situação de rua, do Instituto Social Santa Lúcia, e ao Geração 2016, do Instituto Criança Cidadã.

O prêmio, criado em 1997, reconhece projetos que lutam contra a fome, a miséria e a exclusão social, assim como fazia o sociólogo Herbert de Souza, Betinho.



Guilherme Guedes/CMSP

Deputados italianos visitam o Palácio Anchieta

Representantes do Poder Legislativo da Itália estiveram na Câmara Municipal em 4 de julho e se encontraram com vereadores. Os parlamentares trataram de diversas questões, entre elas o financiamento público de campanhas em ambos os países, a situação da União Europeia (bloco de países do qual a Itália faz parte) e trocaram experiências parlamentares.

“É importante conhecer todos os desafios da municipalidade quanto aos problemas da desigualdade social, que é um desafio das grandes cidades no mundo”, declarou a vice-presidenta da Câmara dos Deputados da Itália, Marina Sereni. Segundo ela, a cidade de São Paulo é considerada “a mais italiana” fora da Itália.

Parlamentares da China conhecem a CMSP



Luiz Franco/CMSP

Representantes do Congresso do Povo (Parlamento) de Wenzhou, cidade da Província de Zhejiang, na China, visitaram a Câmara Municipal em 13 de julho para conhecer os trabalhos da Casa e estreitar as relações com o Brasil. “O número de habitantes de Wenzhou é de 9 milhões e a capital paulista tem um pouco mais, o que permite que as ações que deram certo em um ou outro município possam ser copiadas para permitir melhores condições às populações”, disse Wang Xiao Tong, vice-presidente do Congresso do Povo.

A delegação foi recebida por Maria Aparecida Perez, representante da Presidência da Casa. “Essa interação é importante para fortalecer as relações diplomáticas e conhecer o funcionamento de outros sistemas”, afirmou Perez.

Bombeiros são homenageados com Salva de Prata

A Câmara Municipal de São Paulo entregou o Prêmio Coronel Hélio Barbosa Caldas a cinco bombeiros que se destacaram na cidade. A sessão solene foi realizada em 29 de agosto, no Salão Nobre do Palácio Anchieta.

Os escolhidos pelo Comando Geral da Polícia Militar para receber a homenagem, em sua sétima edição, foram o segundo-tenente da reserva Gerk Sullivam Luiz de Carvalho Silva, o capitão Robson Dias Pereira, a primeiro-tenente Daniela Santos Oliveira, a cabo Ilma de Lima Francisco e o cabo Paulo Roberto de Abreu.

O prêmio lembra o coronel Hélio Barbosa Caldas, que combateu o incêndio do Edifício Andraus, em 1972, e o do Joelma, em 1974.

Escola do Parlamento lança Cadernos de jornalismo

A Escola do Parlamento da Câmara Municipal de São Paulo, em parceria com a Oboré Projetos Especiais em Comunicações e Artes, lançou em 30 de junho o livro *Cadernos de jornalismo*. A obra é fruto dos trabalhos realizados pelos alunos das quatro últimas edições do projeto Repórter do Futuro.

O diretor da Oboré e coordenador do projeto, Sérgio Gomes, afirmou que “essa é uma experiência muito bem sucedida, que atra-

vessou três legislaturas, mostrando que não é uma coisa ligeira, vinculada a essa ou aquela corrente política, mas que se trata realmente de uma iniciativa que veio pra ficar”.

Segundo o diretor-presidente da Escola do Parlamento, Christy Ganzert Pato, “o caderno é a consolidação de um trabalho bacana que vem sendo realizado”.

A obra pode ser lida no link www.camara.sp.gov.br/escoladoparlamento/publicacoes/livros.

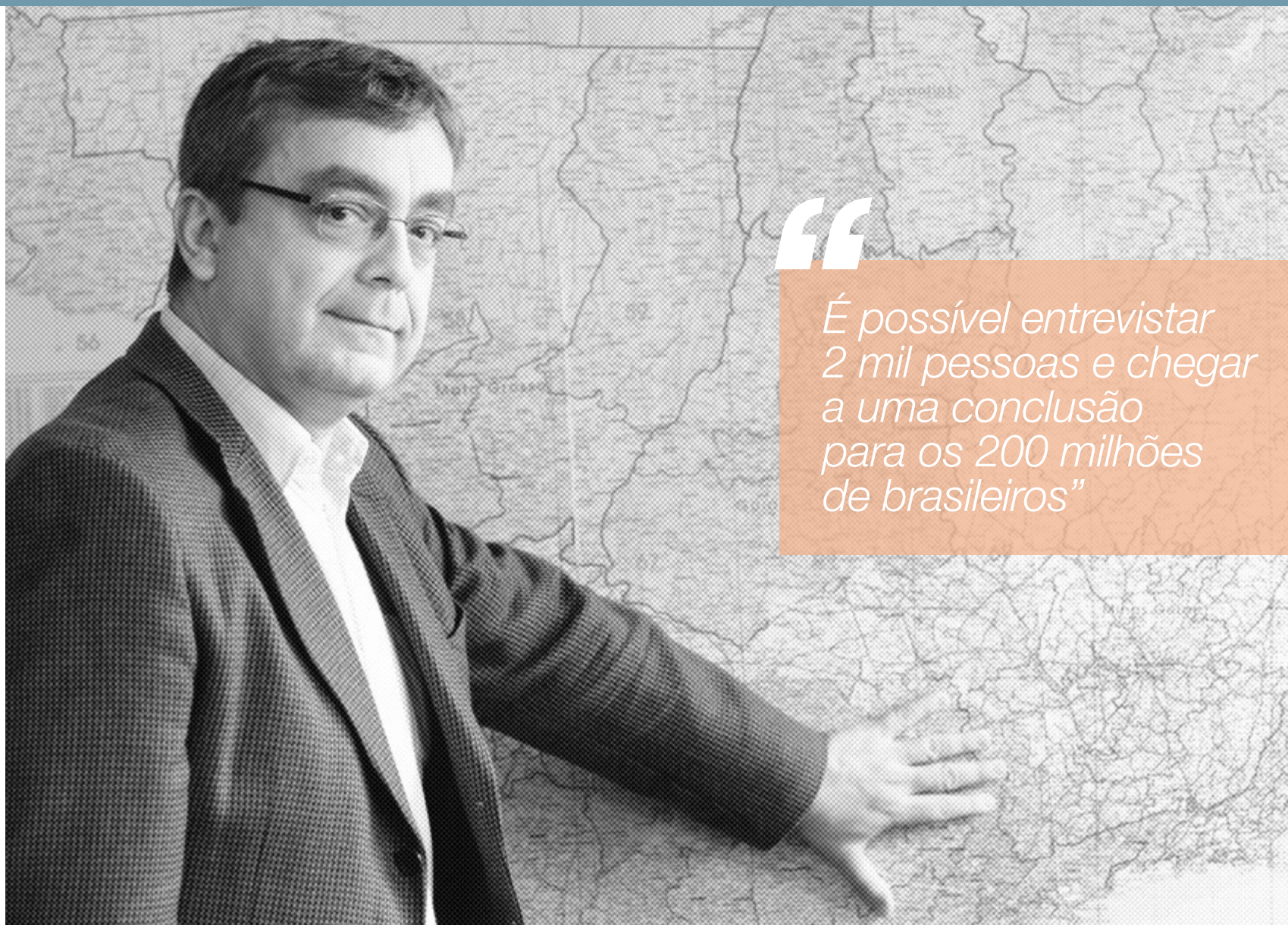
ERRATA

Na reportagem *O 'bárbaro' que salvou São Paulo*, publicada na edição 20, a legenda correta da página 15 é “Quadro de Antônio Parreiras mostra João Ramalho e uma de suas filhas (à esquerda) na instalação da CMSP”. A obra não retrata Bartira, esposa de Ramalho.

Rogério Schmitt

Para especialista, pesquisas eleitorais auxiliam na estratégia de voto, mas não antecipam vencedor

Gisele Machado | gisele@camara.sp.gov.br



“

É possível entrevistar 2 mil pessoas e chegar a uma conclusão para os 200 milhões de brasileiros”

Gisele Machado/CMP

Apesar de mais confiáveis a cada dia, as pesquisas eleitorais no Brasil são geralmente do tipo mais rápido e barato, “sem sorteio nem acaso” e, por isso, de qualidade inferior ao usado, por exemplo, nos Estados Unidos, segundo Rogério Schmitt. Para o professor, as pesquisas são apenas um dos instrumentos que influenciam como os eleitores escolhem os candidatos – no topo dessa lista estão as conversas com amigos, familiares e vizinhos.

Já a influência das pesquisas sobre o mercado financeiro tende a ser menor em democracias mais consolidadas, na opinião do especialista. “Quando todos os candidatos estão dentro do universo das políticas democráticas, os movimentos especulativos são mais de curto prazo”, diz.

As consultas populares, de acordo com Schmitt, também mostram que o perfil do eleitor brasileiro hoje é majoritariamente conservador, favorável a leis rígidas de combate à criminalidade, defensor de políticas assistencialistas, e contrário à legalização das drogas e ao aborto. “Prefere receber serviços oferecidos pelo governo, pagar mais imposto e ter escola de graça”, afirma.

Schmitt é professor da pós-graduação Legislativo e democracia no Brasil e do curso Decifrando as pesquisas eleitorais, ambos da Escola do Parlamento da Câmara

Municipal de São Paulo. Foi analista político na Tendências Consultoria e na Prospectiva Consultoria. No terceiro setor, atuou no Centro de Liderança Pública e na Transparência Brasil. Também lecionou ciência política na Universidade de São Paulo, na Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo e na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e na do Rio de Janeiro. É doutor e mestre em ciência política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro e graduado em ciências sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

O que é pesquisa de opinião?

É uma ferramenta metodológica desenvolvida na primeira metade do século 20, para consultar a população sobre algum assunto de interesse público. Na década de 1930, as pesquisas começaram a ser usadas durante as campanhas presidenciais dos Estados Unidos e, a partir de então, foram se

disseminando. No final dos anos 50, temos no Brasil as primeiras pesquisas com essa metodologia, por amostragem. Você escolhe uma amostra por critérios matemáticos, estatísticos, em nome do eleitorado ou da população inteira. O procedimento supõe que não é preciso se basear na população toda para saber como as

pessoas se posicionariam diante de uma determinada questão. É possível entrevistar 2 mil pessoas e fazer uma generalização dentro de certos limites, sujeita a uma margem de erro, e assim chegar a uma conclusão válida para os 200 milhões de brasileiros. Pela lei das probabilidades, a grande maioria das pessoas nunca foi entrevistada e provavelmente nunca será. Não é preciso tomar uma sopa inteira para saber que ela está gelada. Pega uma colher e faz uma provinha. A estatística é a colher que representa o estado geral da sopa.

Como é a escolha dessa amostra?

Há duas maneiras. A primeira, considerada a mais perfeita, menos sujeita a erros, é a amostra probabilística, na qual todos os indivíduos a serem entrevistados na pesquisa serão escolhidos por sorteios sucessivos. É totalmente aleatória e não define previamente o perfil dos entrevistados. Um segundo tipo é a amostra por cotas, não tão boa do ponto de vista estatístico, mas mais rápida e barata e, por isso, mais usada pelos institutos no Brasil. Nesse formato, a pesquisa estabelece a quantidade de pessoas a serem entrevistadas por sexo, faixa etária, região do País, nível de escolaridade. Sem sorteio e sem acaso. Às vezes é possível usar uma combinação das duas metodologias.

É legítimo que se entrevistem mais pessoas de certas regiões do País?

A distribuição dos entrevistados tem que ser mais ou menos a mesma distribuição das pessoas

“Pesquisa não é bola de cristal, não é o que vai realmente acontecer”



Gaite Carneiro/CMSP

pelas regiões. É normal que, em uma pesquisa, boa parte seja da Região Sudeste, porque é a mais populosa. Se não fosse assim, estaríamos fraudando a amostra. Para refletir a composição da demografia brasileira, a pesquisa vai ouvir mais pessoas do Sudeste do que de outras regiões do Brasil, mais mulheres do que homens, mais jovens do que idosos.

Por que algumas pesquisas eleitorais erram, se a amostra está correta?

Pesquisa não é bola de cristal, não é o que vai realmente acontecer. A pergunta é em quem as pessoas votariam se a eleição fosse hoje,

se os candidatos fossem aqueles mencionados, e não em quem elas vão votar. Mesmo a pesquisa feita uma semana antes da eleição não está fazendo projeção de resultado, porque muita gente pode mudar de opinião. Tem o efeito da propaganda eleitoral, os indecisos. O único tipo de pesquisa eleitoral que pode ser comparado com o resultado de eleição é a boca de urna, que pergunta em quem as pessoas votaram. Pode errar o percentual de votos para cada candidato, mas não conheço caso de erro na ordem dos colocados. Hoje, ninguém mais contesta resultado de pesquisas feitas por institutos com credibilidade, dizendo

que são pesquisas forjadas, ou que não têm credibilidade. Houve um processo de seleção natural, de modo que os institutos de pesquisa que sobreviveram são utilizados por todos os partidos. Há um consenso e até critérios técnicos que permitem avaliar se uma pesquisa é bem feita ou comprada, de má-fé. Os candidatos já aprenderam a baixar um pouco a bola e caprichar na campanha, que é o que conta. A pesquisa é só um retrato da realidade, e não a realidade em si mesma. É uma fotografia.

Quais aspectos dão um tamanho irreal aos candidatos nos primeiros levantamentos?

Antes de as campanhas começarem, as pesquisas refletem mais o chamado recall – a maior intenção de voto nos candidatos mais conhecidos. Mas como muitas dessas pessoas acabam não sendo candidatas e a campanha não começou, se compararmos uma pesquisa feita em junho, por exemplo, com outra feita em setembro, um mês antes das eleições, a mudança é absurda. Porque em setembro as pessoas estão conversando sobre isso, a propaganda já terá começado e, aí sim, as pesquisas começam a se aproximar mais do que vai acontecer.

Pesquisa é uma ferramenta de estratégia de voto?

O fator mais importante, disparado, para explicar como as pessoas escolhem seus candidatos é a conversa com amigos, familiares e vizinhos. Pesquisa seria o sexto ou sétimo fator. Se os indecisos sempre votassem em quem está na

frente, quem começasse liderando as pesquisas terminaria sendo eleito e a campanha não serviria para nada. Mesmo os eleitores influenciados por pesquisa não seguem na mesma direção. Alguns votam no candidato que está na frente porque vai ganhar, outros votam no segundo colocado para evitar que o primeiro ganhe. E existe até quem vote nos últimos candidatos da pesquisa por pena, para que subam. Nas eleições presidenciais de 2014, teve aquela comoção com a morte do Eduardo Campos, candidato na chapa em que a Marina Silva era vice. Ela recebeu uma quantidade mui-

to grande de intenções de votos, de uma hora para outra, não só porque era mais conhecida que o Eduardo Campos, mas também porque as pessoas sentiram pena pela tragédia aérea. Logo nas primeiras semanas depois da morte, Marina aparecia lá em cima nas pesquisas, mas à medida que esse efeito claramente emocional deu lugar à razão, o fenômeno que surgiu repentinamente foi sendo gradativamente esvaziado e ela não foi nem pro segundo turno. Num regime democrático de um processo eleitoral, quanto mais ferramentas disponíveis existirem para orientar as pessoas a escolherem seus candidatos, melhor. E a pesquisa é só uma em um universo grande de ferramentas disponíveis. Talvez as pesquisas sejam mais úteis para os financiadores de campanha, que tendem a dar mais dinheiro para quem acham que tem mais chance de ganhar.

Realidades externas à eleição, como a economia, podem ser alteradas por pesquisas?

Estamos falando das preferências do mercado financeiro, das empresas, dos agentes econômicos. Em qualquer lugar do mundo, quando as pesquisas mostram chances de vitória para candidatos vistos como mais problemáticos, autores de ideias econômicas não muito ortodoxas, o mercado financeiro faz com que juros, dólar e bolsa de valores fltuem como resposta. Eu diria que a pesquisa produz a variação no mercado financeiro, e não o contrário. É uma estratégia defensiva e às vezes especulativa, também:




Gaite Carneiro/CMSP

“Pela lei das probabilidades, a grande maioria das pessoas nunca será entrevistada”

“se fulano vai ganhar, tenho que defender meu dinheiro, tirar da bolsa ou colocar, comprar ou vender dólar”. A lógica é sempre de ganhar mais dinheiro, preservar patrimônio e, se possível, ampliar. Com a democracia mais consolidada, quando todos os candidatos estão dentro do universo das políticas democráticas, a especulação é quase desprezível. São mais movimentos de curto prazo do que exatamente grandes tendências de longo prazo. Você tem presidentes mais à direita, mais à esquerda, e o mundo não acaba por conta disso.

Nos últimos anos, quais as tendências de voto do brasileiro?

Resultados sistematicamente revelados por diferentes pesquisas, de diferentes institutos, mostram que existe uma maioria conservadora no nosso eleitorado quanto a valores culturais e morais. O brasileiro defende leis rígidas no combate à criminalidade, é contrário à legalização das drogas e ao aborto e estima muito os valores morais mais tradicionais, da vida, da família, do casamento. No campo social e econômico, há uma maioria assistencialista. O brasileiro não é muito capitalista, não tem uma visão muito favorável da livre iniciativa, do livre mercado, da empresa privada. Prefere receber serviços oferecidos pelo governo, prefere pagar mais imposto e ter escola de graça a pagar menos e ter de recorrer a serviços particulares. A preferência pelo assistencialismo não vale só para estratégias de combate à pobreza, mas para a saúde e todas as políticas públicas. 

Ideias Verdes



SUSTENTÁVEL
 Numa cidade dominada pelo concreto,
 o Centro Cultural São Paulo destaca-se pela
 horta coletiva no telhado e vizinhança arborizada

Prêmio Responsabilidade Socioambiental homenageia iniciativas que contribuem para preservação do meio ambiente

Gisele Machado | gisele@camara.sp.gov.br

A sabedoria acumulada por um grupo indígena do Xingu (MT) ensinou que, quando a população aumenta muito, é hora de criar outra aldeia pra abrigar parte dos integrantes. Assim, eles evitam chegar ao ponto em que estão São Paulo e outros grandes centros, que sofrem com a intensa poluição. “É um desperdício que

uma cidade cortada por dois rios não possa usar um litro dessa água para beber”, lamenta Washington Novaes, jornalista e há mais de 30 anos documentarista ambiental dedicado, principalmente, à causa indígena.

“Os índios que moram na cidade de São Paulo têm modos de vida igual ao dos brancos, mas muitas coisas a

nos ensinar”, acredita Novaes (veja entrevista na pág. 14). Em junho, ao lado da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb) e do programa *Repórter Eco*, da *TV Cultura*, ele recebeu o Prêmio Responsabilidade Socioambiental, criado pela Resolução nº 2 de 2011 da Câmara Municipal de São Paulo (CMSP). Os eleitos são escolhidos por uma comissão com membros do Legislativo, Executivo, da imprensa, da área acadêmica e da sociedade civil organizada.

Atualmente semanal, o *Repórter Eco* surgiu em 1992 para fazer a cobertura diária da Eco-92, Conferência Mundial das Nações Unidas sobre meio ambiente realizada no Rio de Janeiro. Suas reportagens e análises falam sobre qualidade de vida e meio ambiente ao abordar temas como o localismo, que pressupõe concentrar as atividades diárias ao redor de onde se vive, com ganhos ambientais e de qualidade de vida. De acordo com o movimento localista, “o morador

terá como opção deixar o carro na garagem, e o resultado é economia de tempo e dinheiro, além de reduzir a poluição”, diz a editora-chefe do programa, Vera Diegoli.

Outra solução para melhorar a vida nas grandes cidades, as hortas urbanas comunitárias também já foram tema do *Repórter Eco*. Em uma das edições, os jornalistas mostram que grupos organizados em alguns bairros de São Paulo já começam a aproveitar os espaços públicos ociosos para plantar alimentos orgânicos

ENTREVISTA | Washington Novaes

Ganhador do Prêmio Responsabilidade Socioambiental da CMSP, **Washington Luíz Rodrigues Novaes** já recebeu também, por sua série de documentários *Xingu - A terra mágica*, as medalhas de ouro no Festival de Cinema e TV de Havana de 1990 e no Festival Internacional de TV de Seul, Coreia do Sul, de 1985. Seu conjunto de artigos sobre a Eco-92 para o *Jornal do Brasil* venceu, em 1992, o Prêmio Esso Especial de Ecologia e Meio Ambiente. Abaixo, a entrevista concedida à **Apartes**:

Entre todas as questões ambientais da cidade, qual a mais preocupante?

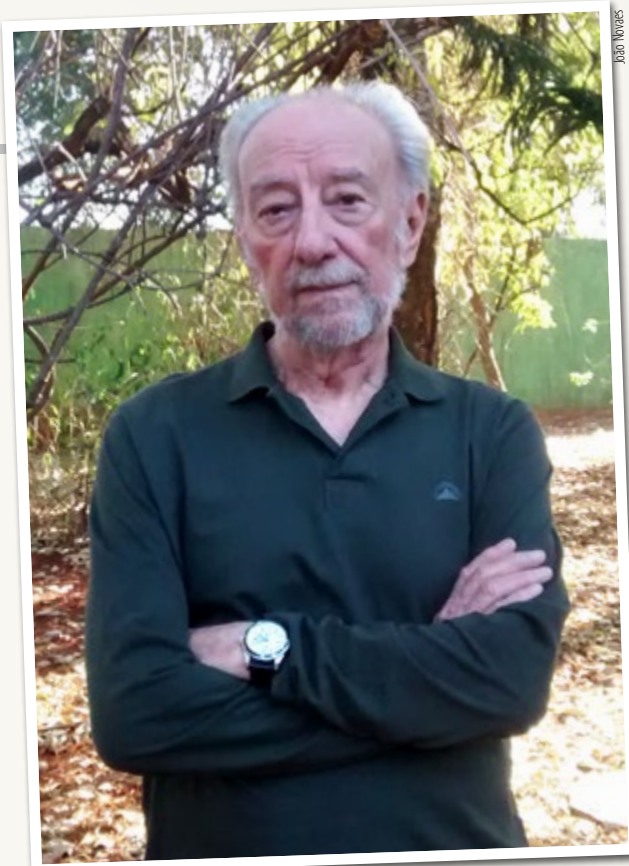
São Paulo não tem um Plano Diretor para toda a cidade, [que inclua também] a região metropolitana e a Grande São Paulo, porque não consegue fazer uma ligação mais ampla das questões. Sem isso, uma área vai receber da outra problemas como esgoto, drenagem urbana, poluição do ar.

Como tem evoluído o reflorestamento na cidade e ao seu redor?

Na cidade de São Paulo, na Grande São Paulo, nas áreas com alta densidade de ocupação não tem reflorestamento, nem preservação. Tem um pouco de mata atlântica nas áreas mais altas, na Serra do Mar, e isso faz muita falta para a cidade. Não há uma restauração da qualidade do ar através dos serviços da mata.

Quais ações ambientais trazem alguma esperança?

Começa-se a tratar da legislação de ocupação do solo: onde pode ser ocupado, como, quais são os limites de ocupação, inclusive verticais. Esse avanço em direção a uma legislação mais eficiente é para dar trabalho e esperança. Estabelecer limites e fiscalizar é uma coisa muito importante. Quando não se obedecem as porcentagens de ocupação do solo, que é impermeabilizado com asfalto e concreto, a água da chuva não tem como se infiltrar e tem que correr para as margens dos rios, provocando inundações nesses caminhos.



“ Não há em São Paulo uma restauração da qualidade do ar”

Como vê a questão indígena na capital?

Os índios que moram na cidade de São Paulo têm poucas áreas demarcadas e modo de vida igual ao dos brancos, mas têm muitas coisas a nos ensinar. Índio é muito cuidadoso quando vive no seu hábitat primitivo, de acordo com seus modos de vida tradicionais. Numa aldeia do Xingu, quando se chega a um determinado número de habitantes que pode criar problemas, parte da população fica e parte vai para outro lugar. É uma medida de sabedoria não deixar acontecer os problemas que pode haver nas nossas cidades. Um dos que acho muito preocupantes é a questão da água. É um despropósito que uma cidade cortada por dois rios como Tietê e Pinheiros não possa usar um litro dessa água para beber.

cos, livres de agrotóxicos. “Diante do caos urbano, pessoas sensíveis e exigentes procuram reproduzir o antigo costume de seus antepassados, imigrantes italianos ou portugueses, que aqui se estabeleceram e trouxeram o hábito de cultivar hortaliças no quintal ou em algum pequeno espaço de casa”, explica Diegoli.

Com a autorização da Prefeitura, o grupo Hortelões Urbanos, assunto de outra edição do *Repórter Eco*, transforma terrenos baldios abandonados em solo descontaminado e fértil para o plantio de verduras e legumes, sem o uso de agrotóxicos. A colheita é, depois, compartilhada entre os vizinhos. “Além do resgate desse hábito saudável, o movimento acaba por incentivar o cuidado e o carinho dos moradores para com a cidade que os acolhe”, comenta a editora-chefe.

A Cetesb, terceira premiada pela CMSP, é a agência do governo do Estado responsável pelo controle,



ANÁLISE
Segundo Otávio Okano, da Cetesb, automóveis são os maiores poluentes do ar

fiscalização, monitoramento e licenciamento de atividades geradoras de poluição, com o objetivo de preservar e recuperar a qualidade das águas, do ar e do solo. Segundo

seu presidente, o engenheiro Otávio Okano, os veículos automotores são a principal fonte de emissão de poluentes atmosféricos na cidade. Por isso, além do controle já exercido pelo governo, ele acredita ser fundamental uma mudança na cultura dos paulistanos.

Para Okano, a melhora do ar exige priorização do transporte coletivo, da bicicleta, da caminhada e de outros meios de transporte menos poluentes. “Acrescente-se que a população ainda pode adotar algumas medidas simples, como manter seu veículo regulado, evitar trafegar em horário de pico e oferecer carona ao vizinho”, sugere.

PREMIADA • Vera Diegoli (à esquerda), editora-chefe, e Teresa Cristina de Barros, pauteira do *Repórter Eco*, programa que traz soluções ecológicas para os centros urbanos



SAIBA MAIS

Sites
Cetesb. <http://www.cetesb.sp.gov.br>
Repórter Eco. <http://tvcultura.com.br/programas/reportereco>
Washington Novaes. <http://www.washingtonnovaes.com.br>

O advogado

do

RATINHO

Com o prestígio alcançado na TV, Dr. Farhat chegou à Câmara e deixou uma obra que dura até hoje, o Parlamento Jovem Paulistano

Rodrigo Garcia | rodrigogarcia@camara.sp.gov.br

Era a maior confusão na TV. Muita gente gritando e, às vezes, partindo para a agressão física, forçando os seguranças a agir. De um lado, uma mulher exigindo que um rapaz assumisse a paternidade do filho e pagasse pensão. De outro, o suposto pai negando com veemência que o filho fosse dele. Após muito suspense, o apresentador Ratinho anunciava o resultado do exame de DNA. Mais gritos e confusão.

Na cena seguinte, Ratinho anunciava: “agora o nosso advogado, Dr. Farhat, vai informar os procedimentos legais que devem ser tomados para ajudar os envolvidos”. Com voz calma, Farhat explicava o que a

lei determinava, os direitos da criança e as obrigações dos pais. Assim, programa a programa, o advogado foi conquistando fama e respeito. “As pessoas pediam autógrafa pra ele na rua”, lembra-se a filha Fernanda.

Descendente de libaneses, José Rogério Shkair Farhat nasceu em São Paulo, em 11 de outubro de 1945. Seus pais, o comerciante Michel e a dona de casa Irene, tiveram seis filhos. Parte da infância de Rogério foi na Rua Cubatão, na Vila Mariana, onde jogava bola com os irmãos e os meninos da vizinhança. “Desde criança ele era corintiano roxo, paixão que herdou do pai e passou para mim e para minha irmã”, conta Fernanda.



AMIZADE
Parceria de Farhat e Ratinho começou na TV e foi para a política

PERFIL | Rogério Farhat

Quando completou 18 anos, Farhat se apresentou ao Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR) do Exército para servir na Cavalaria, pois adorava cavalos. “Ele nos ensinou a cavalgar”, diz Fernanda. Já Adriana, a filha mais velha, lembra-se de que ele tinha muito orgulho de sua temporada nas Forças Armadas, “que lhe deu lições de disciplina e muita responsabilidade”.

Ainda na juventude, influenciado por um tio, Farhat resolveu se tornar advogado. Segundo Fernanda,

o pai nasceu para ajudar as pessoas e percebeu que a melhor forma de conseguir essa meta era exercendo a advocacia. “Não vejo nenhuma outra profissão que caberia nele”, completa Adriana. Formou-se na Universidade Presbiteriana Mackenzie, em 1969. Da época de estudante guardou boas lembranças e amizades. “Gostava tanto da turma que nunca faltou a sequer um encontro anual dos ex-alunos”, conta Fernanda.

Em sua carreira jurídica, trabalhou na Assembleia Legislativa

de São Paulo, no Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no Tribunal de Justiça Desportiva da Federação Paulista de Handebol e no Tribunal de Justiça Desportiva da Federação Paulista de Tênis. Também teve um escritório de advocacia onde atendia, principalmente, a população mais humilde.

Quando trabalhava na Assembleia Legislativa paulista, com o deputado Nabil Chedid, conheceu Sílvia Barros da Cunha, filha de uma funcionária. Começaram a namorar e se casaram em 1981. Ele com 36 anos e ela com 20. O casal teve duas filhas: Adriana, em 1982, e Fernanda, em 1987.

NO AR

Em 1997, o programa *Ratinho Livre* já era um sucesso da *TV Record* quando um membro da equipe do apresentador ligou para o advogado pedindo que fosse à emissora para prestar assistência jurídica às mães que pediam exame de DNA dos filhos. A ideia original era que Farhat ficasse nos bastidores, mas na hora ele foi chamado ao palco e teve uma boa atuação na frente das câmeras. Foi convidado para comparecer outras vezes. Em 1998, quando o apresentador foi para o *SBT*, Dr. Farhat o acompanhou.

Em entrevista à *Apartes*, Ratinho lembra que o advogado “ficava muito bem no ar, passava um tom de seriedade, falava bem, discursava com muita propriedade e era carismático”. De acordo com o apresentador, essas características fizeram dele uma pessoa querida pelo telespectador.

Nas eleições do ano 2000, o prestígio foi convertido em força eleitoral e ele se elegeu vereador em São Paulo, pelo Partido Social Democrático (PSD). Com a ajuda do



GERAÇÕES • Farhat com a mãe, as filhas Fernanda (esq.) e Adriana e o neto



apresentador e com o slogan “Dr. Farhat, o advogado do Ratinho”, conseguiu 63.620 votos, o terceiro candidato mais votado na ocasião. Em 2004, concorrendo pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), reelegeu-se com 44.132 votos.

Na Câmara Municipal de São Paulo (CMSP), Farhat deixou um

legado que permanece até hoje: o Parlamento Jovem Paulistano. A iniciativa, criada em 2001, busca oferecer uma lição de cidadania e democracia a 55 crianças e adolescentes de escolas públicas e particulares, divididas em 11 partidos fictícios (Assistência Social; Cultura; Educação; Emprego; Esportes, Lazer

e Recreação; Habitação; Natureza; Trânsito e Transporte; Saúde; Segurança Urbana; e Planejamento Urbano). Por um dia, ao ano, os jovens atuam como se fossem vereadores de fato, apresentando e debatendo iniciativas de interesse da cidade.

Segundo a justificativa de Farhat ao apresentar o projeto que resultou

EM FAMÍLIA
Michel e Irene Farhat
no dia da primeira
eleição do filho

Arquivo pessoal



na resolução 10/2001, criando o Parlamento Jovem na CMSP, a ideia era levar aos jovens não só uma maior conscientização em relação aos problemas enfrentados pelo Município, mas despertar neles um espírito crítico para o mundo, desenvolver a capacidade de liderança, a responsabilidade social e o companheirismo necessários para criar mudanças positivas. Desde o

início, o Parlamento Jovem ocorre todo ano e mais informações podem ser obtidas em www.camara.sp.gov.br/premio-parlamento-jovem-2016.

O funcionário da Câmara Municipal Paulo Ildefonso de Paula, que trabalhou com o vereador na organização do Parlamento Jovem, lembra que o Dr. Farhat era bem humorado, mas focado no serviço. “Ele era tão detalhista que se preocupava em definir até o cardápio do

almoço que seria servido às crianças”, conta Paulo. “Esse evento era a menina dos olhos do vereador”, diz.

VOZ POPULAR

Outra ideia da qual Farhat se orgulhava muito era a Tribuna do Povo, oportunidade em que qualquer cidadão podia se expressar livremente na CMSP. Inaugurada em 2003, tratava-se de uma tribuna no Auditório Freitas Nobre, no térreo do Palácio

Anchieta (sede da CMSP), na qual os paulistanos podiam, durante 15 minutos, “se utilizar da palavra e discursar sobre qualquer matéria”, apresentar sugestões e críticas ou, simplesmente, expor seus próprios problemas.

No regimento interno da Câmara Municipal já havia a previsão da possibilidade de instalar uma tribuna para a população. Mas, quando apre-

Arquivo pessoal



FIEL
A paixão pelo
Corinthians
começou na
infância



Arquivo CMSP

PRÁTICA
No Parlamento Jovem, estudantes
se transformam em vereadores

sentou a ideia de criar a Tribuna do Povo, Dr. Farhat afirmou que as regras tinham alguns requisitos complicados de ser preenchidos. Por exemplo, o munícipe que desejasse fazer uso da palavra deveria ser representante de um movimento social. Essas exigências, segundo ele, “dificultavam o exercício da livre expressão de pensamento”.

Nas sessões da Tribuna do Povo, geralmente aos sábados de manhã, Dr. Farhat atuava como mediador. Anotava as queixas e encaminhava para as secretarias e subprefeituras. Segundo o parlamentar, os cidadãos “utilizavam o microfone, sem censura e sem pauta prévia, com liberdade de falar o que quisessem, reclamar, reivindicar e dar sugestões”.

O vereador se empenhou tanto que apresentou um projeto para ampliar a realização das tribunas populares para várias regiões da cidade, a fim de garantir aos cidadãos a livre expressão de pensamento. “Não há como pensar em democracia sem a participação popular, e felizmente temos observado que essa participação, a cada dia que passa, vem se intensificando e fortalecendo”, explicou na justificativa do projeto. A iniciativa recebeu pareceres favoráveis das Comissões de Justiça, Administração, Educação e Finanças, mas terminou sendo arquivada no começo de 2009, com o fim da legislatura, e não saiu do papel.

GRATIDÃO

Farhat fez questão de conceder a Medalha Anchieta e o Diploma de Gratidão da Cidade de São Paulo para Carlos Roberto Massa, o Ratinho. O vereador justificou seu pedido afirmando que o programa do apresentador divertia, denunciava e ajudava a população.



DEMOCRÁTICA • População podia se expressar livremente na Tribuna do Povo

Em outra proposta de honraria, enalteceu suas origens. O vereador promoveu homenagens ao Esporte Clube Sírio, fundado por imigrantes em 1917, e à Câmara Árabe-Brasileira, “pela sua tradição no relacionamento que desenvolve entre o Brasil e os países árabes”.

Em 2008, tentou outra reeleição, mas não conseguiu. Com 13.727 votos, ficou na suplência. No discurso de despedida, pronunciado na Tribuna da CMSP em 18 de dezembro de 2008, responsabilizou a Lei Cidade Limpa, que ironicamente foi aprovada com seu apoio. A legislação restringiu o uso de faixas e cartazes em espaços públicos. “Por um lado, essa lei favoreceu o conjunto de munícipes, deixando a cidade mais limpa; por outro, dificultou a divulgação da minha candidatura”, lamentou na época.



CELEBRAÇÃO
Freiras são homenageadas por Farhat no Dia da Mulher, em 2008

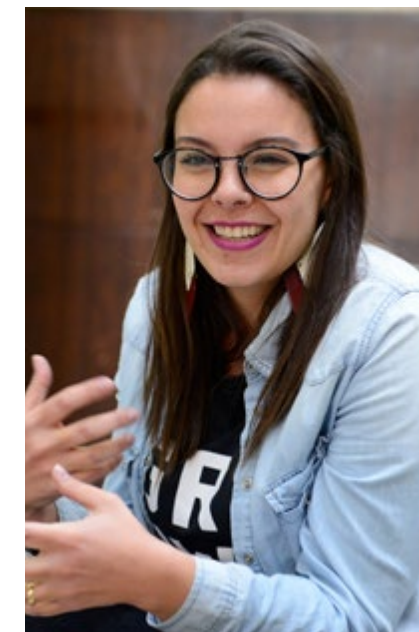
O advogado costumava resumir sua participação na Câmara dizendo que tinha a consciência tranquila por ter feito o que pôde. De acordo com Adriana, seu pai sabia dos riscos de uma eleição: “claro que não ficou contente com o resultado, mas analisou os pontos onde poderia melhorar e seguiu em frente, virou a página”.

Em 2012, Farhat disputou novamente uma eleição para voltar à Câmara Municipal. Obteve 23.160 votos e não conseguiu. Mesmo sem ocupar uma cadeira de vereador, ia com frequência ao Palácio Anchieta, principalmente para participar de seu principal legado. Esteve pela última vez em uma sessão do Parlamento Jovem em 8 de novembro de 2013. Dirigindo-se às crianças e adolescentes que estavam no Plenário, aconselhou: “participem da vida política porque a geração de vocês, um dia, vai comandar este País; preparem-se”.

A frase pode ser considerada sua despedida da vida pública. Em fevereiro de 2014, o advogado descobriu um câncer na bexiga. Começou o tratamento, mas em agosto o quadro se agravou. Dr. Farhat morreu em 14 de dezembro. “Meu pai lutou o quanto pôde, nunca entregou os pontos”, conta Fernanda.

As filhas dizem que Farhat era um porto seguro para elas. “Papai era muito presente nas nossas vidas, preocupado, mas sempre incentivador”, lembra Adriana. Ele as apoiou em suas escolhas profissionais. Fernanda se formou em radialismo e Adriana em administração de empresas.

Fernanda lamenta que o pai tenha passado tão pouco tempo com o neto, Théo. “Quando ele morreu, meu filho tinha apenas um ano e sete meses”. Mas ressalta que o tempo que ficaram



SOLIDÁRIO
Segundo a filha Fernanda, o advogado nasceu para ajudar as pessoas

juntos foi bem aproveitado. “Théo nasceu de seis meses e nos 73 dias em que ficou na UTI meu pai ia visitá-lo diariamente”, afirma. Ela acredita que Théo vai ter boas lembranças do avô: “o neto era seu maior xodó”.

Um dia após a morte do ex-vereador, Ratinho dedicou-lhe o programa e declarou no ar: “Farhat foi verdadeiramente um cidadão de bem”. O apresentador mantém até hoje boas recordações de seu colega de palco: “sempre passava no meu camarim, muito atencioso, se preocupava com cada um dos casos de DNA. Excelente advogado, acabava sendo um paizão auxiliando e orientado as famílias”.

CONTEÚDO EXTRA NO SITE DO
Centro de Memória da Câmara
www.camara.sp.gov.br/memoria

Vizinho dos condes

Proibido de ampliar sua casa na Avenida Paulista, munícipe acusa Prefeitura de favorecer industriais

Rodrigo Garcia | rodrigogarcia@camara.sp.gov.br

A cidade de São Paulo já era uma potência industrial em 1930 e passava por grandes transformações. O Código de Obras Arthur Saboya, que recebera esse nome em homenagem ao diretor de Obras da Prefeitura na época, havia sido aprovado pelos vereadores e sancionado pelo prefeito José Pires do Rio no ano anterior. Com a lei aprovada, surgiram acusações de que o Código não estava sendo respeitado por membros da elite econômica paulistana.

Em 30 de junho de 1930, Manuel Caetano Garcia protocolou um documento, hoje parte do acervo do Arquivo Geral da Câmara Municipal de São Paulo (CMSP), em que recorria aos vereadores sobre a decisão da Prefeitura, que havia negado licença para a construção de uma cobertura no terraço de sua propriedade, na Avenida Paulista, o endereço mais nobre da capital. O fato curioso é que naquele ano a avenida chamava-se Carlos de Campos (veja mais na pág. 26).

No requerimento, Garcia cita a lei 3.427/1929 (o Código de Obras Arthur Saboya), segundo a qual naquela avenida nenhuma edificação poderia ser feita sem que houvesse uma distância mínima de 10 metros entre o alinhamento do edifício e o das vias. Ele explica que, de acordo com o Código, edificar significava “fazer edifício destinado a habitações, fábricas, culto ou qualquer outro fim”. No texto original, o trecho “qualquer outro fim” está sublinhado.

Garcia admite, no pedido enviado à Câmara Municipal, que a cobertura do terraço em sua casa ultrapassaria a linha de recuo de 10 metros. E era esse o motivo que havia levado a Prefeitura a negar o pedido de licença em duas outras ocasiões, em 24 de abril e em 5 de junho daquele ano.

Embora reconhecesse estar em desacordo com a lei, em sua defesa Garcia cita dois casos bem parecidos com o seu: “o requerente não compreende como é que, na mesmíssima Avenida Carlos de Campos, o senhor conde



TURISMO • A mansão do conde Matarazzo era uma das atrações da Avenida Paulista



PROVA
Foto da mansão de Crespi foi anexada para mostrar desrespeito ao Código de Obras

Homenagem passageira

Projetada pelo engenheiro uruguaio Joaquim Eugênio de Lima, a Avenida Paulista foi construída onde ficava a Rua da Real Grandeza e inaugurada em 8 de dezembro de 1891. Na ocasião, cogitou-se batizar a nova via como Eugênio de Lima. Mas o engenheiro recusou a honraria e disse que a avenida deveria se chamar Paulista para homenagear todos os habitantes do Estado.

A avenida logo se tornou um sucesso. Os milionários da cidade construíram palacetes e a população ia até lá ver as mansões e seus moradores, principalmente o conde Francisco Matarazzo, que se tornara um símbolo do imigrante bem-sucedido e uma atração turística.

Em 27 de abril de 1927, o presidente (governador) do Estado de São Paulo, Carlos de Campos,

morreu. Para homenageá-lo, os vereadores mudaram o nome da Avenida Paulista. “Tratando-se de uma via pública cujo nome recorda todos os paulistas, na sua generalidade, tenho a impressão de que a alma encantadora dessa avenida aguardava o momento oportuno para batizar-se com o nome do paulista que mais soube merecer seu povo”, afirmou o vereador Alexandre Marcondes Filho, em sessão de 30 de abril. “Os paulistas se orgulharão em ver, na soberba avenida onde Carlos de Campos passou uma parte feliz de sua existência, o nome do varão ilustre que tanto dignificou e enobreceu a sua terra e a sua gente”, completou o vereador Synesio Rocha na mesma ocasião.

A homenagem durou apenas três anos. Em 13 de novembro de 1930, o prefeito José Joaquim Cardoso de Melo Neto decidiu que a avenida deveria voltar a se chamar Paulista, “que recorda, numa só palavra, todo o indefesso [incansável] trabalho e honra da gente paulista”. Atualmente, Carlos de Campos é nome de uma avenida no Pari, na zona central de São Paulo.

Matarazzo está construindo, e o senhor conde Crespi já construiu, no alinhamento da citada via pública”.

No requerimento, além da planta do terraço, foram anexadas uma fotografia da mansão do conde Francisco Matarazzo e outra do palacete do conde Rodolfo Crespi. Nas fotos, podem ser vistas as entradas das mansões, com cobertura e guarita, a poucos metros da rua.

OS CONDES


Os empresários citados no documento eram destaques da elite econômica na época. Francisco Matarazzo foi o maior industrial do Brasil no século 20. Imigrante italiano, começou como mascate em 1881, em Sorocaba, interior de São Paulo, e se tornou proprietário de centenas de indústrias. Dizia-se que ele “fabricava fábricas”.

Em 1917, recebeu do rei da Itália, Vítor Emanuel III, o título de conde.

A mansão Matarazzo, demolida em 1996, era um símbolo da força econômica de seu proprietário. O historiador Ronaldo Costa Couto, um dos principais biógrafos do industrial, conta no livro *Matarazzo* que para muitos paulistanos o palacete em estilo neoclássico parecia um gigantesco cofre.

Rodolfo Crespi, também italiano, chegou ao Brasil em 1893 e fundou uma empresa de manufatura de algodão na Mooca, zona leste da capital paulista. Em 1928, o rei Vítor Emanuel III concedeu também a ele o título de conde. No ano seguinte, em sua mansão houve um crime que chocou a cidade. Um filho do empresário, Dino Crespi, foi assassinado a tiro pelo motorista Domingos Farina, que havia sido demitido por roubo.

Na petição à CMSP, Manuel Caetano Garcia ressaltava que a lei não permitia exceções, portanto os condes também deveriam cumpri-la. De acordo com Garcia, a licença para a cobertura “foi negada ao requerente, mas a outros concedida”. E conclui, de forma irônica: “o que faz supor que a lei tenha sido revogada”. Na esperança de ter o pedido atendido, no final do requerimento o proprietário do terraço sem cobertura escreve, como era costume, a abreviatura ERM, que significa “espera receber mercê”.

O presidente da Câmara Municipal na época, Luís Antonio Pereira da Fonseca, contudo, não se convenceu com os argumentos de Caetano Garcia. Poucos dias depois, indeferiu o pedido “por não ser o caso de recurso”. E o processo foi arquivado. 

VIA NOBRE
Durante três anos, a Paulista (foto do começo do séc. 20) chamou-se Carlos de Campos

10 Curiosidades históricas da CMSP



Bandeirantes

Raposo Tavares e Fernão Dias Paes, o Caçador de Esmeraldas, foram vereadores no século 17



Presidentes

Dois vereadores chegaram à Presidência da República: Washington Luís e Jânio Quadros



Mudança

A Câmara já teve um auditório chamado 31 de Março, em homenagem ao golpe de 64. Com a redemocratização, virou Teotônio Vilela e hoje não existe mais

Sai ou não?

Quando foi vereador, Jânio Quadros ameaçou renunciar pelo menos três vezes; dez anos depois, renunciou de verdade à Presidência



Poderosos

Entre os séculos 16 e 18, vereadores tinham poder para assinar tratados internacionais, decretar o valor da moeda e até declarar guerra



Pioneiro

Em 1947, o vereador Yukishigue Tamura tornou-se o primeiro político de origem japonesa eleito fora do Japão

Ditadura

Como outros legislativos, a CMSP foi fechada por dez anos, entre 1937 e 1947, pelo governo Getúlio Vargas



Ajuda

No incêndio do Joelma, em 1974, o prédio da Câmara foi usado como hospital para feridos



Perseguidos

Entre 1937 e 1969, 42 vereadores foram cassados por ações autoritárias; mandatos foram restituídos simbolicamente em 2013



Lugar estranho

A CMSP já funcionou em cima de uma cadeia e de um açougue, em 1720

Parla, parlamentar!

Discursos dos vereadores fazem parte da luta política, registram a história da cidade e são protegidos pela Constituição

Fausto Salvadori
fausto@camara.sp.gov.br

A fala, para um parlamentar, é instrumento de trabalho. Está na própria raiz da palavra que define o local onde atuam vereadores, deputados e senadores. “Parlamento”, segundo o dicionário, vem do francês *parler*, que significa falar. Daí que, por definição, parlamentos são locais onde se fala. E muito.

“A base do trabalho dos vereadores é a fala”, afirma Breno Gandelman, responsável pela Secretaria Geral Parlamentar (SGP), unidade da Câmara Municipal de São Paulo (CMSP) que dá suporte ao trabalho dos vereadores. “Todo projeto prevê uma discussão antes de ser aprovado e, para chegar a um denominador comum entre 55 vereadores, é preciso muita conversa dos parlamentares entre si e com a população”, afirma o secretário.

É conversando que os parlamentares promovem embates ou entram em acordos e, desse jeito, fazem a política funcionar. Mesmo os textos dos projetos só podem virar lei após serem lidos em voz alta no Plenário,

conforme o Regimento Interno da Câmara Municipal. E, além da fala que negocia e da fala que vira norma, vereadores também fazem uso da palavra para discursar na Tribuna, uma fala que influi nas disputas do presente e pode continuar a ressoar nas memórias do futuro.

PALAVRAS PERIGOSAS

Falar é perigoso. Em determinadas épocas, o Estado coloca olhos para vigiar os que têm a coragem de abrir a boca e há determinadas palavras que podem dar em cadeia, tortura, morte. Agenor Mônaco, vereador da CMSP em 1964, ano em que um golpe de Estado pariu uma ditadura que durou 21 anos, lembra que, após a chegada dos militares ao poder, as galerias do Palacete Prates, antiga sede da Câmara, passaram a ser frequentadas por agentes do governo que tinham a função de “informar a conduta de cada vereador”. Na época, o que era dito no Plenário podia ser a diferença entre

voltar para casa após o expediente ou passar a noite na cadeia.

O vereador João Carlos Meirelles comprovou isso em 11 de maio de 1964, quando subiu à Tribuna para cobrar uma atitude contra a prisão de dois colegas. “Esta Casa não pode continuar a ouvir discursos sobre ruas esburacadas enquanto dois senhores vereadores estão na cadeia”, disse Meirelles, e foi além: “a democracia está sendo vilipendiada (desprezada)”. Seu discurso teve consequências rápidas. Três dias depois, uma carta enviada à Câmara pelos agentes do Departamento de Ordem Política e Social (Dops) dizia ter “a honra de comunicar” que Meirelles também havia

sido preso e agora fazia companhia aos outros vereadores na cadeia.

Não foi o único caso. Outro vereador, Ephraim de Campos, relata em um depoimento que foi preso nove vezes durante o exercício do mandato, entre 1969 e 1972 – algumas delas por conta de ter feito na Tribuna denúncias que desagradaram ao governo.

Das várias vezes em que Campos foi preso, o País vivia o período mais duro do governo militar, iniciado após a decretação do Ato Institucional nº 5, que dava às forças da repressão poder para fechar o Congresso, cassar qualquer político e prender quem bem entendesse. Por sinal, o estopim que levou o ditador Artur da Costa e Silva a decretar o AI-5 foi justamente um discurso de Pequeno Expediente (uma das fases de uma sessão ordinária) do deputado federal Márcio Moreira Alves, em que o parlamentar pedia que o povo boicotasse as paradas de Sete de Setembro e as moças se recusassem a sair com oficiais. Em 13 de dezembro de 1968, um dia após a Câmara dos Deputados rejeitar um pedido de licença da Presidência para processar Moreira Alves, o general Costa e Silva baixou o AI-5, abrindo a temporada de torturas e execuções pelo governo. Sim, discursos podem ser muito perigosos.

IMUNIDADES

Vinte anos depois, com a redemocratização, a Constituição Federal de 1988 buscou dar imunidade aos parlamentares para que pudessem ter a liberdade de falar e atuar, como representantes de seus eleitores, sem sofrer a pressão do Executivo ou do Judiciário. O artigo 53 da Constituição determina que deputados e senadores têm imunidade plena: não podem responder, “civil ou penalmente, por

quaisquer de suas opiniões, palavras e votos”. Já a imunidade dos vereadores tem um alcance menor: o artigo 29 diz que os vereadores são “invioláveis por suas opiniões, palavras e votos no exercício do mandato e na circunscrição do município”.

Procurador da Câmara Municipal paulistana e professor da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), Antonio Rodrigues de Freitas Júnior afirma que a imunidade não protege os parlamentares de processos políticos, movidos pelos seus pares. “O parlamentar pode sofrer um processo, votado no Plenário, que leve à perda de mandato por quebra de decoro, mas não pode ser processado civil ou criminalmente”, explica.

A garantia da imunidade para a fala dos vereadores foi reafirmada em fevereiro do ano passado por uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF). Ao julgar um bate-boca entre dois vereadores do interior de São Paulo, em que um deles havia dito na tribuna que o colega não tinha “nenhuma moral” e apoiava a “ladroagem”, a Corte estabeleceu que, “nos limites da circunscrição do município e havendo pertinência com o exercício do mandato, os vereadores são imunes judicialmente por suas palavras, opiniões e votos”. Segundo a decisão, a imunidade busca “assegurar a fluência do debate público e, em última análise, da própria democracia”.

Em junho deste ano, contudo, a Suprema Corte brasileira deu sinal de que pode rever seu entendimento, ao aceitar denúncia do Ministério Público Federal contra o deputado federal Jair Bolsonaro (PP) por ter dito que uma colega, a também deputada federal Maria do Rosário (PT), “não merecia ser estuprada” porque a considera “muito feia”. “O conteúdo não guarda qualquer relação com a

função de deputado, portanto não incide a imunidade prevista na Constituição Federal”, analisou o relator, ministro Luiz Fux, ao transformar Bolsonaro em réu.

Freitas vê com preocupação a possibilidade de o caso Bolsonaro levar o STF a rever a jurisprudência a respeito dos limites da imunidade para a fala dos parlamentares. “Os fundamentos da decisão descritos pelo relator são preocupantes, pois apontam para o Judiciário uma atribuição muito poderosa, a de ser juiz dos limites da liberdade de expressão dos demais poderes”, afirma o procurador.

REBUSCADOS E CENSURADOS

Parlamentares falam para o dia de hoje, mas podem ser ouvidos muito tempo depois. Sempre que o presidente de uma sessão diz “com a palavra, o nobre vereador...” e o parlamentar se aproxima do microfone instalado

na Tribuna, sabe que, nos minutos seguintes, todas as palavras que disser serão anotadas pela equipe de taquígrafos da Casa. O discurso passará, então, a fazer parte dos anais da CMSP e poderá ser lido e estudado por historiadores, jornalistas e outros curiosos ao longo de anos, décadas ou mesmo séculos após as palavras terem sido pronunciadas.

Para o historiador e supervisor do Arquivo Geral da Câmara, Ubirajara de Farias Prestes Filho, que já usou os anais da Casa como base para diversos estudos, os discursos dos vereadores formam “um material interessantíssimo para a compreensão do ambiente social e político de cada época”. Segundo ele, as transcrições das falas permitem ao historiador analisar “a emoção envolvida” nos debates e compreender que vozes da sociedade se faziam ouvir nas discussões. “É possível entender, para

cada época, quais grupos são realmente representados nas discussões plenárias”, afirma Ubirajara.

Quem se aventura a percorrer os textos das antigas sessões da CMSP, que hoje estão disponíveis a todos no site do Centro de Memória da Câmara (www.camara.sp.gov.br/memoria), tem a sensação de que os vereadores do passado falavam uma outra língua, toda trabalhada na norma culta, nas figuras de linguagem e até nas citações em latim. Num discurso em 14 de julho de 1988, por exemplo, o vereador Brasil Vita, saudado em sua época como um dos grandes oradores da Casa, era capaz de sair com um discurso assim ao falar sobre surdo-mudos: “atentai, senhores, para eles, pois não falam, não ouvem... apenas olham. E seus olhos, num misto de atenção e indiferença, são como dois círios a se consumirem, lentamente, tragicamente, na mais lenta e trágica noite, que é a noite do silêncio”.

Falas como essa, que às vezes obrigavam os taquígrafos a recorrer a dicionários para poderem realizar suas transcrições, dificilmente teriam lugar na Câmara Municipal dos dias atuais. “Se hoje alguém fizesse um discurso assim, soaria caricato”, afirma o taquígrafo Marcelo Ablas, que há anos transforma em texto os discursos da Casa. “Os vereadores hoje preferem usar palavras mais simples. Entendem que não adianta fazer um discurso rebuscado que poucos vão compreender.”

O tom mais solto, às vezes informal, que os vereadores passaram a adotar em seus discursos tem levado os parlamentares a testar os limites do vocabulário usado em Plenário. O Regimento Interno determina que o presidente da Casa possui a prerrogativa de censurar pronunciamentos que contenham “expressão, frase ou conceito que consideram injuriosos”. Nesse caso, o presidente

Como falam os vereadores

PRESIDENTE

- Autoriza a fala do vereador (menos os apartes)
- Pode censurar falas que considerar injuriosas

VEREADOR DEVE FALAR

- Em pé (sentado, só se necessário)
- No microfone
- Com autorização do presidente
- Voltado para a Mesa Diretora
- Para se referir a outro vereador, deve usar senhor(a), vereador(a), nobre colega ou nobre vereador(a)

TAQUÍGRAFOS

- Registram as falas após autorização do presidente

APARTES

- Falas de até 2 minutos, autorizadas pelo vereador da Tribuna
- Usados no Grande Expediente e na discussão de projetos

Alguns tipos de fala

PEQUENO EXPEDIENTE

- No início da sessão ordinária
- Definido por ordem alfabética, em sistema de rodízio
- Vereador fala por 5 minutos, sem apartes
- Apelidado de “pinga-fogo”

GRANDE EXPEDIENTE

- Realizado depois do Pequeno Expediente
- Também por rodízio, em ordem alfabética
- Cada vereador fala 15 minutos e pode conceder apartes
- É o mais disputado entre os parlamentares

QUESTÃO DE ORDEM

- Pode ser solicitada a qualquer momento
- Para questões regimentais

DECLARAÇÃO DE VOTO

- Após votação de um projeto, vereador pode pedir palavra para explicar seu voto

EXPLICAÇÃO PESSOAL

- Ao final da sessão
- Vereador explica atitudes pessoais relacionadas ao mandato

pode ordenar a retirada de trechos ou a substituição de palavras antes de um discurso ser publicado no Diário Oficial da Cidade de São Paulo.

Nessa tarefa, a Presidência conta com a ajuda dos taquígrafos. “Sempre que um vereador diz algo que foge à caixinha do solene, alertamos o orador e o presidente para avaliarem se é o caso ou não de censura”, explica o secretário de Registro Parlamentar e Revisão, Alexandre Augusto Liceski da Fonseca. Já houve caso, por exemplo, de vereador que falou na Tribuna “houve uma denúncia de um babaca” e, por determinação da Presidência, o texto do Diário Oficial divulgou “houve a denúncia de alguém”. O mesmo vereador também disse que as tevês mandavam “a juventude brasileira

cheirar merda”, que virou “cheirar esgoto” no registro oficial.

Em 24 de maio deste ano, Liceski advertiu o presidente de que um vereador, comentando a extinção do Ministério da Cultura anunciada pelo governo federal, havia dito no Pequeno Expediente: “autoridades que apoiam o governo falaram que os artistas eram um bando de veados”. Por conta disso, o presidente da Casa e o autor do discurso analisaram se o uso de “veados” podia ser considerado injurioso e, portanto, merecer censura.

Veados: pode ou não pode? “Os vereadores concluíram que não tinha problema, porque a palavra naquele contexto não era usada para ofender uma pessoa ou um grupo”,

explica Liceski. Conclusão: quando o discurso saiu no Diário Oficial da Cidade de São Paulo, em 11 de junho, a incômoda palavra estava lá, impressa entre aspas.

Para Liceski, a adoção pelos vereadores de uma linguagem mais próxima do dia a dia, que abre espaço para gírias, vulgaridades e até palavrões, no lugar da fala empolada dos outros tempos, significou um enriquecimento dos discursos, ao contrário do que muitos podem pensar. “Os bacharéis passaram a dividir espaço com representantes de comunidades, que têm outro linguajar, mas que encaram os demais de igual para igual. Com isso, os discursos dos vereadores passaram a ficar mais próximos da realidade de São Paulo.”

População também pode falar na Tribuna

Os microfones do Plenário da Câmara Municipal de São Paulo (CMSP) também estão abertos para a população de São Paulo, e não apenas para os vereadores. O Regimento Interno da CMSP prevê a possibilidade de grupos da sociedade civil convocarem uma sessão extraordinária chamada Tribuna Popular, na primeira terça-feira de cada mês, para ocuparem a Tribuna e falarem aos vereadores.

Para que uma Tribuna Popular aconteça, precisa ser solicitada por pelo menos cinco representantes de entidades ou movimentos sociais que queiram de-

bater questões de interesse do Município ou projetos em discussão na Casa. A sessão dura no máximo uma hora e meia. Cada orador da Tribuna Popular fala por 15 minutos e pode atender a pedidos de apartes dos vereadores.

Muito ativa na década passada, a Tribuna Popular foi caindo em desuso e hoje muito raramente é acionada pela população. Uma de suas últimas sessões ocorreu em 9 de dezembro de 2014, quando foi convocada pelas entidades Open Knowledge Brasil, Transparência Hacker e Minha Sampa para debater abertura e transparência no parlamento.

“A Tribuna Popular é um dispositivo incrível de participação cidadã”, afirma Pedro Markun, um dos responsáveis pela Tribuna Popular de 2014. “A gente reclama o tempo todo do pouco

espaço para participação que nos é dado pelas instituições políticas, mas a verdade é que o pouco que é oferecido acaba sendo subutilizado. A Câmara é a casa do povo, nada mais justo que ter o povo, de fato, ocupando esse espaço para levantar discussões políticas num espaço de excelência”, diz Markun. Ele só reclama de poucos vereadores terem participado da sessão da Tribuna Popular em que ele e seus companheiros falaram. “Nossa cultura política ainda é aquela em que a maior parte dos vereadores não acha importante ouvir as pessoas fora do ano de eleição”, lamenta.



- CURSOS
- DEBATES
- SEMINÁRIOS
- PÓS GRADUAÇÃO

Gratuitos e abertos à população

/eparlamento @e_parlamento

www.camara.sp.gov.br/escoladoparlamento
escoladoparlamento@camara.sp.gov.br
Telefone: 3396.4960



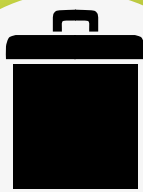
Com o AEDES AEGYPTI

**NÃO SE PODE
BRINCAR**



O *Aedes aegypti*
é transmissor de
doenças graves:

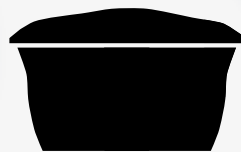
**DENGUE,
FEBRE AMARELA,
FEBRE ZIKA e
CHIKUNGUNYA**



Mantenha lixeiras
bem fechadas



Não deixe água
acumulada



Tampe bem tonéis
e barris d'água



Coloque o lixo em
sacos plásticos



Encha de areia os pratos
de vasos e lave-os
semanalmente



CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO

Comitê Civil contra o *Aedes aegypti*